



CARTILHA

PERDAS E DANOS

DA CADEIA DO PETRÓLEO
E GÁS DO PRÉ SAL

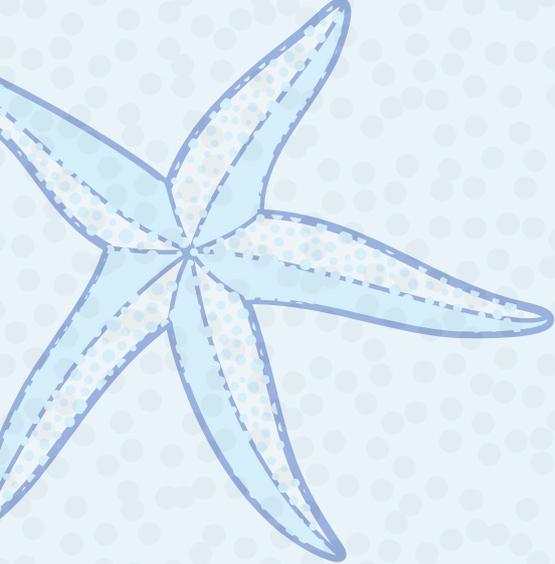


OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDÁVEIS DA BOCAINA



FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
ANGRA • PARATY • UBATUBA





Documento completo:

O14r Observatório de Territórios Tradicionais Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

Relatório analítico de perdas e danos decorrentes da presença da economia do petróleo e gás em comunidades tradicionais do litoral sul fluminense e norte paulista/Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - Paraty/RJ: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, Fiocruz, Fórum de Comunidades Tradicionais, 2024.

176 p. : il. color.; fotos; mapas

ISBN: 978-65-87063-48-5

Site: www.otss.org.br

1. Povos indígenas.
2. Quilombolas.
3. Caiçaras.
4. Fatores Psicossociais.
5. Licenciamento Ambiental.
6. Reparação de Danos.
7. Pesca Artesanal.
8. Impactos Cumulativos. I. Título.

CCD - 23.ed . - 980 .41

Equipe Técnica

André Della Nina Lopes - Advogado
Anna Maria Andrade - Antropóloga
Beatriz Ribeiro Machado - Antropóloga
Carolina Cunha Andrade Farrenberg - Oceanógrafa
Cassiane Vitória - Liderança caiçara (FCT)
Cristiano Lafetá - Sociólogo
Fabiana Miranda - Engenheira Florestal
Helena Rodrigues - Psicóloga
Helena Tavares Gonçalves - Antropóloga
Jadson dos Santos - Liderança Caiçara (FCT e CNCTC)
Janaína Cassiano dos Santos - Engenheira Agrimensora e Cartográfica
Júlia Bastos Borges - Políticas Sociais
Julio Garcia Karai - Liderança Indígena (FCT e CGY)
Lara Bueno Chiarelli Legaspe - Bióloga
Nicholas Allain Saraiva - Ecólogo
Raíssa de Souza Marinho - Geógrafa
Raquel Albino - Liderança caiçara licenciada em Educação do Campo (FCT + CNCTC)
Renê Novaes - Geógrafo
Rodrigo Pennutt da Cruz - Antropólogo
Santiago Bernardes - Biólogo e liderança caiçara (FCT e CNCTC)

Revisão tecnocientífica

Edmundo Gallo - Médico, Especialista em Medicina Social, Mestre em Saúde Pública, Doutor em Ciências e Pós-Doutor em Ecologia. Coordenador Geral do Programa de Desenvolvimento de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz.

Leonardo Esteves de Freitas - Biólogo, Doutor em Geografia, Pós-doutor em Gestão da Biodiversidade, Pós-doutor em Gestão de Riscos de Desastres e Pós-doutor em Gestão Territorial. Pesquisador Associado à Fiocruz e Pesquisador Associado ao Geoheco/UFRJ. Coordenador Geral de Governança e Gestão do Programa de Desenvolvimento de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz.

Equipe de Campo

Ana Carolina Santana Barbosa - Liderança caiçara (FCT e CNCTC)
André Della Nina Lopes - Advogado
Anna Maria Andrade - Antropóloga
Carolina Cunha Andrade Farrenberg - Oceanógrafa
Cristiano Lafetá - Sociólogo
Fabiana Miranda - Engenheira Florestal
Fabiana Ramos - Liderança quilombola licenciada em Educação do Campo (FCT, Conaq e Aquilerj)
Gabriel Martins Nogueira - Liderança caiçara (FCT)
Jadson dos Santos - Liderança caiçara (FCT e CNCTC)
Janaína Cassiano dos Santos - Engenheira Agrimensora e Cartográfica
João Oswaldo Cruz - Geógrafo
Laís Pimentel - Cientista Social
Lúcia Helena Guirra - Psicóloga
Nicholas Allain Saraiva - Ecólogo
Raquel Albino - Liderança caiçara licenciada em Educação do Campo (FCT e CNCTC)
Ricardo Papu Martins Monge - Biólogo
Rodrigo Pennutt da Cruz - Antropólogo

SUMÁRIO

01

Capítulo

O COMEÇO DE TUDO, QUAL A IMPORTÂNCIA DESSE ESTUDO?

02

Capítulo

QUAL O OBJETIVO DO DOCUMENTO DE PERDAS E DANOS?

03

Capítulo

METODOLOGIA UTILIZADA PARA OS ESTUDOS

04

Capítulo

RESULTADOS ENCONTRADOS

05

Capítulo

CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS

06

Capítulo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

01

O COMEÇO DE TUDO, QUAL A IMPORTÂNCIA DESSE ESTUDO?

Durante os trabalhos do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre a Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), muitos comunitários relataram que já percebem impactos ambientais decorrentes das atividades de exploração de petróleo do Pré Sal, que começou em meados de 2010.

E o que chamou muito a atenção foi que vários destes impactos percebidos não eram encontrados nos documentos oficiais do licenciamento ambiental das empresas de petróleo e gás. **Ou seja, os comunitários já percebem impactos que não estão sendo levados em consideração no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Petrobras e de outras empresas de exploração de petróleo do Pré-Sal.**

O estudo foi feito com comunitários, e investigou os impactos causados pela exploração de petróleo e gás em comunidades tradicionais **indígenas, caiçaras e quilombolas** do litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo (de Mangaratiba a São Sebastião).

O estudo foi liderado pelo OTSS, uma parceria entre a Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).



O objetivo é mergulhar mais fundo nestas questões, propor estratégias para fortalecer essas populações, mitigar e reparar, de forma justa e integral, os danos causados pela exploração, e incluir nos estudos oficiais os 25 novos impactos que identificamos.

O QUE É ESSE TAL DE EIA?

O EIA é um estudo mais técnico e detalhado que as **empresas têm que fazer antes de começar um projeto grande**, como a exploração de petróleo.

EIA = Estudo de Impacto Ambiental

RIMA = Relatório de Impacto Ambiental
(um resumo do EIA)



Ele serve para **prever o que pode ser ruim** na natureza e na vida das pessoas ao redor (impactos), **propondo formas de evitar ou diminuir esses impactos**.

No EIA, especialistas fazem um monte de pesquisas sobre o solo, a água, os bichos e sobre a cultura e as tradições do lugar. É tipo um "**diagnóstico completo**" pra entender o que pode acontecer e o que precisa ser feito pra evitar ou reduzir os danos.



O problema é que **esses estudos estão incompletos**, pois não dialogam com a voz do território, que vem das comunidades tradicionais.

Por isso, é importante que as comunidades participem, mostrem o que pode ser afetado e digam o que é prioridade para elas! E que os EIAs analisem impactos sobre a cultura e tradição!



E O QUE É O LICENCIAMENTO AMBIENTAL?



Criado no Brasil em 1981.

Ferramenta para proteger o meio ambiente antes de grandes projetos começarem.

Ajuda a planejar o que pode ser feito sem causar grandes danos à natureza e às pessoas.

Ao longo dos anos, passou a lidar com conflitos sociais, já que muitas vezes as comunidades locais acabam sofrendo mais com os impactos desses projetos.



As empresas e o governo costumam pressionar para que esses processos sejam rápidos e com menos exigências, o que pode deixar de lado pontos importantes, principalmente pra quem vive no território afetado.



Muitos estudos feitos nesses processos de licenciamento não mostram todos os impactos de forma clara e justa. Por exemplo, às vezes destacam só os benefícios do projeto e minimizam as partes negativas, como os danos ambientais e sociais.



As audiências públicas, que deveriam ser espaços para ouvir a população, muitas vezes acabam sendo só uma formalidade, sem garantir que as vozes das comunidades sejam realmente ouvidas.

Para **melhorar**, seria essencial **facilitar o acesso da população às informações** sobre os projetos e **incentivar a participação de verdade**, desde o início. Isso inclui:

- dialogar com a voz do território
- linguagem acessível
- mais tempo para as comunidades se prepararem
- realmente considerar o que elas têm a dizer.



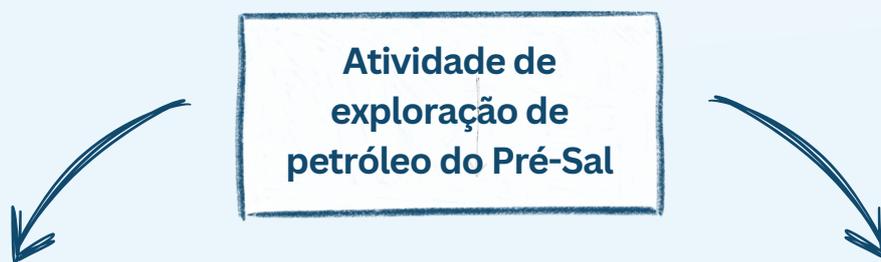
A participação não deve ser só um momento de ouvir, mas de influenciar as decisões, garantindo que o desenvolvimento aconteça de forma justa e sustentável para todos.

FRAGILIDADE: LICENCIAMENTO AMBIENTAL FRAGMENTADO

Quando um megaempreendimento se instala em uma região, normalmente é acompanhado de **grandes impactos socioculturais, sobre a saúde do território, ambientais, econômicos.**

Para minimizar esses impactos, o **Licenciamento Ambiental busca avaliar e regulamentar essas atividades.**

Mas... é muito frequente que **uma mesma atividade, como a exploração de petróleo do Pré-Sal, esteja sendo licenciada em dois ou mais processos diferentes de licenciamento**, que não necessariamente se conectam e conversam como deveriam.



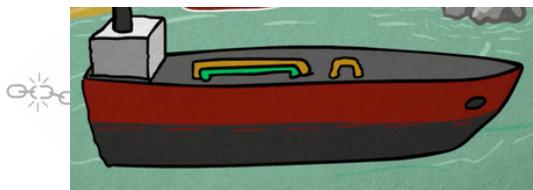
Empreendimento 1

(ex: Plataforma)



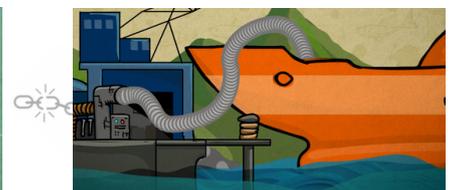
Empreendimento 2

(ex: Navios aliviadores)



Empreendimento 3

(ex: Terminais portuários)



Isso pode resultar em um **entendimento incompleto dos efeitos reais dos impactos**, especialmente sobre comunidades tradicionais e ecossistemas vulneráveis.

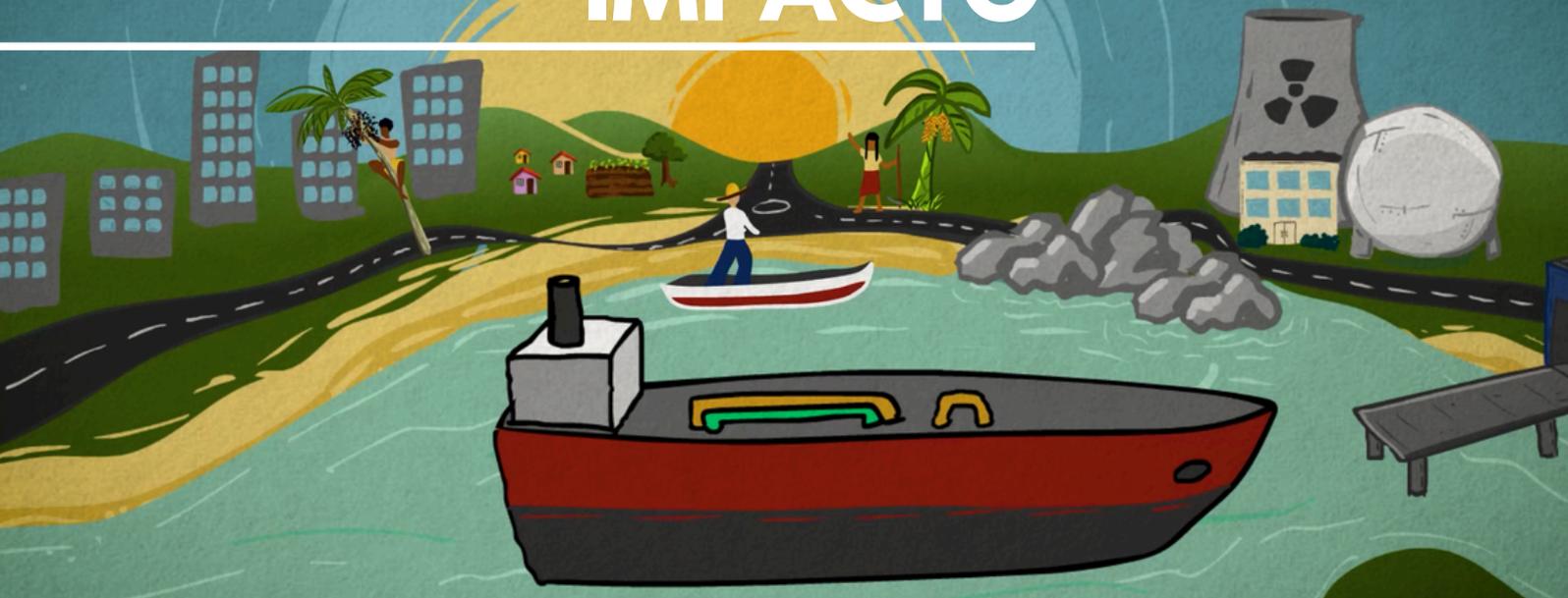
No Brasil, **comunidades tradicionais frequentemente enfrentam os maiores desafios causados por atividades de exploração e transporte de petróleo.**

- Embora algumas etapas, como estudos sísmicos e extração, sejam licenciadas em nível federal, outras, como o **transporte de petróleo bruto**, passam por **processos simplificados** (estaduais), muitas vezes negligenciando os impactos diretos e indiretos sobre essas populações.
- Problemas como **vazamentos, aumento do tráfego de embarcações e poluição visual** são comuns, **afetando os modos de vida e a sustentabilidade dessas comunidades.**

Além disso, operações de **transferência de petróleo entre navios** ("ship to ship"), muitas vezes resultam em acidentes, como **vazamentos no Canal de São Sebastião e na Baía da Ilha Grande.**

Para enfrentar esses desafios, é necessário **criar formas de integrar o licenciamento ambiental e promover maior controle social**, garantindo que as comunidades afetadas tenham voz no processo e que a mitigação seja efetiva.

IMPACTO



O QUE É?

Impactos são mudanças no meio ambiente e na vida das pessoas causadas por projetos como a construção de rodovias, indústrias ou usinas. Essas mudanças podem ser boas ou ruins, diretas ou indiretas, e podem aparecer com o tempo.

QUAIS OS TIPOS?

Impactos físicos e bióticos: Alterações no solo, água, ar, plantas e animais.

Impactos sociais: Afetam o modo como as pessoas vivem, trabalham, se divertem e convivem em comunidade.

Cumulativos: Resultam da soma de vários impactos no mesmo lugar.

IMPACTOS SOCIAIS ESPECÍFICOS:

- **Modo de vida:** Mudanças em como as pessoas vivem, trabalham e se divertem.
- **Saúde:** Alterações no bem-estar físico e mental.
- **Comunidade:** Afeta os serviços locais, segurança e união entre as pessoas.
- **Cultura:** Pode mudar ou prejudicar tradições, línguas e costumes.
- **Economia:** Impacta empregos, renda e acesso a bens essenciais

QUEM SENTE MAIS OS IMPACTOS?

As comunidades locais, principalmente as mais vulneráveis ou tradicionais, que muitas vezes têm maior ligação com a natureza.

MENSAGEM PRINCIPAL:

Os impactos não afetam só o meio ambiente, mas também a vida das pessoas.

É importante ouvir a comunidade e fazer estudos cuidadosos para evitar problemas e garantir que todos se beneficiem dos projetos.

COMO AVALIAR OS IMPACTOS?

Consultando especialistas e também **ouvindo as pessoas que vivem na área afetada**. Isso ajuda a identificar problemas e **encontrar soluções antes que o projeto comece**

MAS QUE HISTÓRIA É ESTA DE TAMANHO DO IMPACTO?

O tamanho do impacto depende da importância e do valor daquilo que é impactado.

Um exemplo:

Impacto das embarcações que operam no Pré-Sal sobre a pesca artesanal

QUAL O VALOR DO PEIXE? QUAL O VALOR DA PESCA ARTESANAL?

O valor do peixe é somente o dinheiro que a peixaria paga por ele?

VALOR DE USO DIRETO

E o valor do peixe para o equilíbrio dos ecossistemas?

VALOR DE USO INDIRETO

E o que dizer sobre o valor de saber que determinada espécie de peixe continua ocorrendo naquele local?

VALOR DE EXISTÊNCIA

Quanto vale saber que as próximas gerações vão ter peixe para pescar?

VALOR DE OPÇÃO

O valor do peixe e da pesca artesanal vai muito além do preço do quilo do pescado na peixaria.

Assim como o valor de uma paisagem vai muito além daquilo que se ganha com o turismo.



O QUE QUEREMOS?

- Esse estudo propõe uma **mudança na forma como a sociedade capitalista contemporânea enxerga esses recursos**. Em vez de considerar apenas seu valor econômico imediato, é preciso reconhecer também os benefícios que eles trazem **para os ecossistemas, para as futuras gerações e para aqueles que valorizam sua preservação, mesmo sem utilizá-los diretamente**.
- **O conhecimento das comunidades tradicionais se alinha a esse conceito**, pois suas práticas de manejo buscam um equilíbrio entre os diferentes tipos de valor: o uso direto (como a pesca para consumo), o uso indireto (como a manutenção do equilíbrio ecológico), o valor de opção (a possibilidade de uso no futuro) e o valor de não uso (a importância de sua existência independente da exploração).
- Esse estudo também alerta para os **riscos que a exploração do pré-sal pode trazer para os modos de vida das populações tradicionais**. Caso esses impactos provoquem uma **ruptura na transmissão dos conhecimentos e práticas** dessas comunidades, haverá sérias consequências para sua organização socioeconômica e para a preservação de seus territórios e culturas.

Valor de uso direto

Valor que o “mercado”
decide pagar

**SOCIEDADE
CAPITALISTA
CONTEMPORÂNEA**

**EVOLUA
PARA**

Valor de uso direto
+ valor de existência
+ valor de opção

**ECONOMIA
AMBIENTAL**



VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE O RACISMO AMBIENTAL?



O racismo ambiental acontece quando os impactos de algum empreendimento afetam mais as comunidades pobres, indígenas, quilombolas, caiçaras e tradicionais do que os grupos mais ricos.

Isso pode acontecer de várias formas:

Exploração de petróleo em áreas vulneráveis:

Muitas vezes, a extração de petróleo acontece perto de comunidades tradicionais, causando desmatamento, poluição de rios e ameaça ao modo de vida dessas populações

Derramamento de óleo e impactos na pesca

Quando ocorrem vazamentos de petróleo no mar ou nos rios, quem mais sofre são os pescadores artesanais e comunidades que dependem da pesca para sobreviver. Isso afeta tanto a alimentação quanto a economia local

Refinarias e poluição

As refinarias e indústrias ligadas ao petróleo costumam ser instaladas em bairros mais vulneráveis, onde vivem principalmente pessoas negras e de baixa renda. Isso significa que essas comunidades sofrem mais com a poluição do ar, que pode causar problemas respiratórios e outras doenças.

Falta de proteção e reparação

Muitas dessas comunidades não têm apoio do governo ou das empresas para se proteger dos danos ambientais, enquanto áreas ricas são melhor monitoradas e recebem mais investimentos para evitar problemas

No fim, o racismo ambiental mostra como os impactos dessa indústria não são distribuídos de forma justa, atingindo mais as populações que já enfrentam dificuldades sociais e econômicas.

02

QUAL O OBJETIVO DO DOCUMENTO DE PERDAS E DANOS?

Geral

Caracterizar e dar visibilidade à voz dos territórios, construindo um mapeamento participativo e uma lista propositiva de impactos no que se refere à instalação e operação dos empreendimentos da cadeia de exploração de Petróleo e Gás do Pré-Sal



Caracterizar a percepção de comunitários sobre a ocorrência de impactos psicossociais e socioambientais decorrentes da instalação e operação dos empreendimentos da cadeia de Petróleo e Gás do Pré-Sal.

Específicos

Avaliar se a classificação dos possíveis impactos identificados nos meios físico, biótico e socioeconômico é suficiente para a correta avaliação dos possíveis efeitos da indústria de Petróleo e Gás sobre a saúde e sustentabilidade dos territórios das comunidades tradicionais.



Propor uma abordagem de Perdas e Danos para os impactos identificados na lista propositiva de impactos.

Articular a percepção dos comunitários oriunda das entrevistas com a possibilidade de reivindicar medidas reparadoras para possíveis impactos decorrentes da indústria de Petróleo e Gás nos territórios tradicionais.



O objetivo principal deste trabalho é construir junto às comunidades atingidas um documento que retrata perdas e danos gerados pela cadeia de petróleo e gás.

Essas opiniões foram coletadas por pesquisadores comunitários e não comunitários do OTSS em atividades como: entrevistas semi-estruturadas, mapeamentos participativos, listagem de possíveis danos e impactos que a cadeia de petróleo e gás podem causar.

Voz do território:

- 1.** Como a saúde mental e as relações sociais são impactadas por esses projetos.
- 2.** Se a lista de danos e impactos que pesquisadores comunitários e não comunitários elaboraram (sobre o meio ambiente, a natureza e a vida das pessoas) é suficiente para entender como a indústria de Petróleo e Gás afeta a saúde e o bem-estar das comunidades tradicionais.
- 3.** Como podemos lidar com os danos e impactos que esses projetos podem trazer.
- 4.** Como incluir os impactos socioculturais, sobre a sustentabilidade e a saúde do território, ambientais e econômicos nos documentos oficiais. E quais medidas reparam ou compensam os problemas causados pela indústria de Petróleo e Gás.

03 METODOLOGIA UTILIZADA PARA OS ESTUDOS



Foram feitas várias atividades para coletar informações e analisar os resultados, usando métodos diferentes, como explicaremos a seguir.

A forma de trabalho usada neste estudo foi a da **"Ecologia de Saberes"**. Isso significa que **juntamos o conhecimento de pesquisadores comunitários e não comunitários da universidade com o conhecimento tradicional produzido pelo Território.**

Essas pessoas participaram ativamente de todo o processo de criação deste documento, junto com outros moradores que vivem na região.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO



ENTREVISTAS



LISTA DE IMPACTOS E INTERVENÇÕES



DISCUSSÃO APROFUNDADA SOBRE O TEMA

IMPACTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL

IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

IMPACTOS CUMULATIVOS

04

RESULTADOS ENCONTRADOS

Após as oficinas internas para a definição dos possíveis impactos ocorrentes no território, foi proposta uma lista de 25 potenciais impactos novos (não previstos nos EIAs do Pré-Sal), prevalentes no território, os quais foram classificados em cinco diferentes classes



Impactos Culturais

Alteração nos padrões de coesão social e estrutura familiar



Aumento na tensão social e violência



Desvalorização das culturas tradicionais

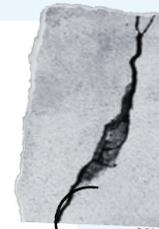


Impactos econômicos e sobre o bem-estar material

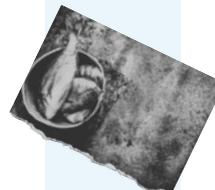


Aumento na dependência e vulnerabilidade econômica - perda de subsistência

Aumento na pressão sobre os serviços de proteção e seguridade social



Aumento no esforço na atividade pesqueira artesanal



Diminuição da renda da pesca artesanal



Impactos institucionais, legais, políticos e igualdade

Diminuição na participação e no controle social em tomadas de decisão



Perda de direitos legais



Racismo ambiental



Impactos sobre a qualidade do meio ambiente habitado e o bem-viver

Ruptura de práticas tradicionais



Diminuição da segurança e aumento do risco

Diminuição da qualidade ambiental e da paisagem dos territórios



Aumento na criminalidade e violência nas comunidades



Impactos sobre a saúde e bem-estar



- Aumento de doenças de veiculação hídrica
- Aumento do sentimento de discriminação
- Aumento do sentimento de importunação social
- Aumento dos problemas psicossociais, transtornos e sofrimentos mentais
- Aumento dos problemas relacionados ao uso abusivo de Substâncias Psicoativas



- Diminuição da autonomia dos povos tradicionais sobre o território
- Diminuição da qualidade da água continental
- Diminuição da qualidade da água do mar
- Diminuição do acesso ao território marinho e comprometimento de seus usos
- Diminuição do acesso ao território terrestre e comprometimento de seus usos



Redução da qualidade da segurança alimentar e nutricional

RESUMINDO

1.Importância das informações coletadas com as comunidades:

As informações compartilhadas pelos povos e comunidades tradicionais ajudam a identificar impactos que os estudos técnicos do Pré-Sal não consideram.

2. Impactos psicossociais:

As entrevistas mostram que a indústria de Petróleo e Gás está causando problemas de saúde mental e social nas comunidades do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

3.Danos ao meio ambiente e à cultura:

A exploração de petróleo e gás está prejudicando o ambiente e os bens naturais que as comunidades tradicionais precisam para manter seu modo de vida, cultura e economia.

4.Ruptura de práticas tradicionais:

Os empreendimentos e as falhas no licenciamento e na reparação estão acabando com costumes e práticas tradicionais, afetando a sustentabilidade e a saúde das comunidades.

5.Impactos cumulativos e desiguais:

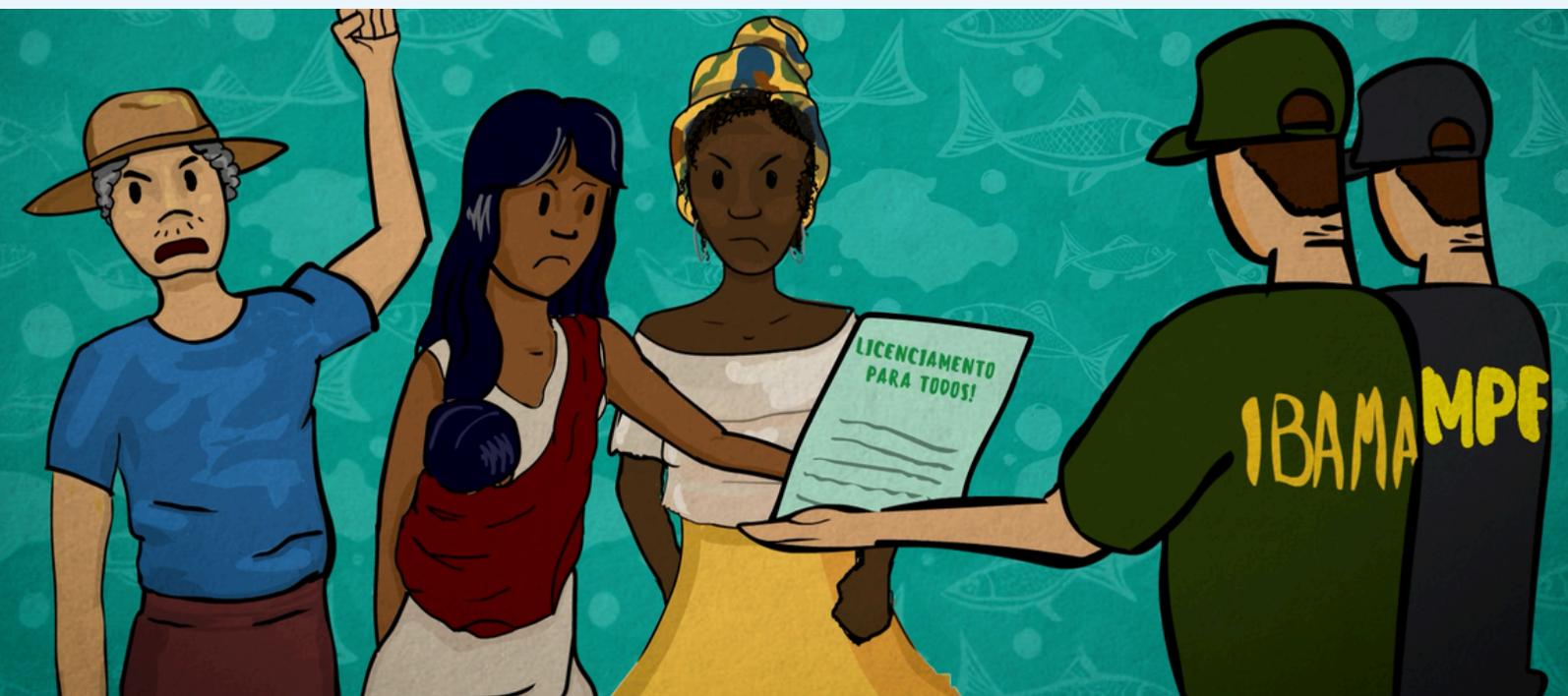
Os danos causados pela indústria de Petróleo e Gás estão se acumulando e afetando de forma desigual as comunidades, que sofrem mais riscos e prejuízos do que benefícios.

6.Desigualdade na distribuição de custos e benefícios:

As comunidades tradicionais estão carregando um peso maior dos custos sociais, culturais, raciais e ambientais dos grandes projetos, sem receber uma parte justa dos benefícios econômicos.

7.Reparação justa e integral:

A solução mais eficaz para esses problemas é uma REPARAÇÃO justa e integral dos danos, que vá além do que o licenciamento ambiental brasileiro exige.



OUTRA PROBLEMÁTICA IDENTIFICADA: NAVIOS ALIVIADORES

A imagem abaixo mostra alguns dos **terminais no Brasil que recebem o petróleo extraído das águas ultraprofundas do pré-sal** na Bacia de Santos, e o **longo trajeto percorrido pelos navios** que transportam esse petróleo (navios aliviadores) ao longo da costa brasileira.

Esse extenso percurso aumenta significativamente o **risco de vazamentos de óleo**, podendo afetar praticamente **toda a costa do país**. Além disso, estes navios podem **atropelar redes de pesca**, ou colocar em **risco o tráfego de embarcações de pesca artesanal**.

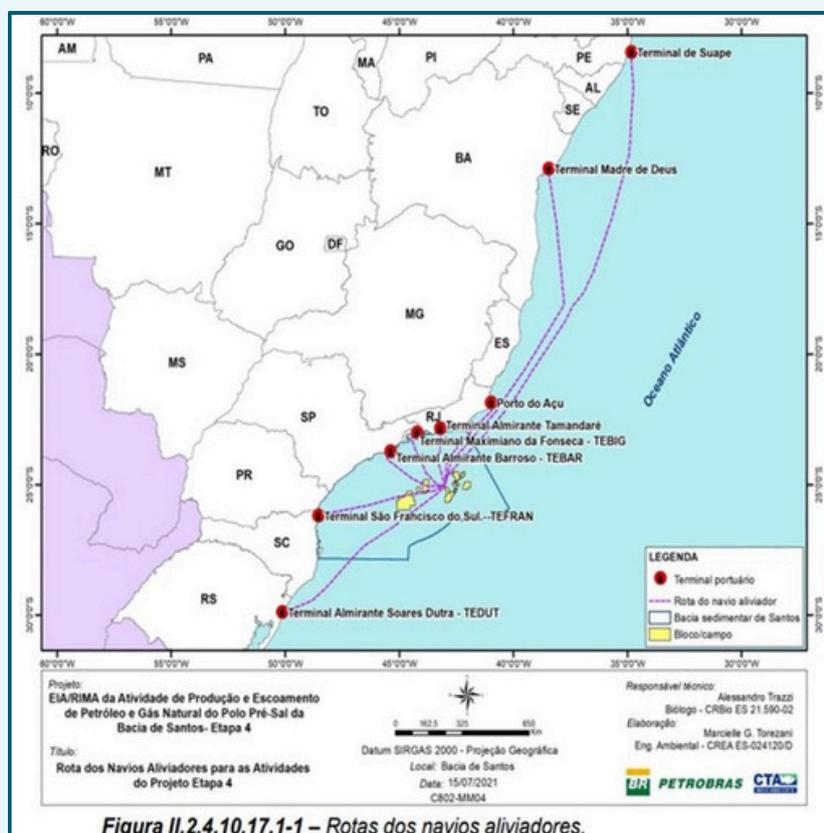


Figura II.2.4.10.17.1-1 – Rotas dos navios aliviadores.

A pesca artesanal é impactada pelo aumento no tráfego de embarcações de apoio e navios aliviadores do Pré-Sal, seja pelo risco de atropelamento dos petrechos de pesca, ou da própria embarcação.

A atividade de transporte de petróleo pelos navios aliviadores talvez seja a atividade mais impactante para as comunidades tradicionais e pesqueiras da região, e gera:

- Poluição das águas
- Poluição sonora
- Poluição visual e alteração da paisagem
- Medo
- Risco de vazamento de petróleo



Embora seja muito impactante para a vidas das comunidades tradicionais, o licenciamento dos navios aliviadores ainda é realizado de uma forma bem simplificada, e sem um processo participativo para discutir seus impactos.

Por isto é muito importante que os EIAs do Pré-Sal analisem os impactos dos navios aliviadores. E proponham mitigação adequada para estes impactos.

E sobre o risco de vazamento de petróleo, é importante que as comunidades tradicionais sejam informadas sobre **quais são os espaços de participação para discutir os impactos de vazamentos de petróleo dos navios aliviadores.**



A voz das PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS -

"E a gente teme por um vazamento dessas plataformas. Porque estão perfurando o Pré-Sal. E a gente sabe que, por mais que falem que é seguro, a gente não descarta um acidente, e se der um acidente, acaba com a nossa vida pesqueira. A gente sabe que um pouquinho que o navio jogou no nordeste impactou a vida dos pescadores. E ninguém sabe quem foi o culpado até hoje, né? Aqui para nós não vai ser diferente se der um vazamento. As comunidades não estão na área de impacto, mas quem disse que a maré não joga esse petróleo nas nossas áreas e quem vai impactar? E não é só com a pesca, a gente vai sofrer com muita coisa. Porque as comunidades pesqueiras vivem do peixe, mas vivem de turismo. Não adianta ter o peixe se não tiver o consumo do turismo. Então a gente fica nessa situação, que um derramamento de um petróleo desse impacta as comunidades aqui todas. Não só caiçaras. Mas caiçaras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos... Tudo o que está nessa área..."



TERRITÓRIO ÚNICO INDÍGENA, QUILOMBOLA E CAIÇARA CONEXÃO MAR - SERTÃO



A pesca artesanal é fundamental para a **segurança alimentar e nutricional** dos povos e comunidades tradicionais

Quando a comunidade caiçara é afetada por um impacto, as comunidades indígenas e quilombolas também são afetadas, e ocorrem danos profundos ao modo de vida e à saúde dos comunitários.

Isto porque **estes povos estão interligados em uma grande rede** de saberes, práticas e sustento tradicional.

Impactos como poluição, exploração de petróleo e mudanças climáticas podem reduzir estoques pesqueiros, afetar a economia local e comprometer a cultura e o modo de vida.

Isso gera **insegurança alimentar, dificultando o acesso a uma alimentação saudável e sustentável.**

- **Modo de vida,**
- **cultura**
- produtos originados da **agricultura** e **extrativismo** tradicional

Assim, **as condicionantes que atendem um povo devem ser expandidas, incluindo os outros povos e comunidades tradicionais.**

Todo impacto que afeta um povo, afeta todos, porque o território é único!

05 CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS



Concluimos que os **impactos ambientais, sociais, culturais e da saúde do território estão profundamente interligados**, e sua análise **não pode ser fragmentada**. O meio ambiente, a cultura, a economia, a saúde e as relações sociais formam um conjunto indissociável, especialmente para os povos tradicionais, cujos modos de vida são baseados na relação direta com o território. **Qualquer prejuízo, como os impactos negativos na pesca, não representa apenas uma perda econômica, mas atinge a identidade cultural, a saúde mental e o futuro coletivo dessas comunidades.**

Assim, é fundamental repensar o processo de licenciamento ambiental, superando a visão limitada do território como apenas um recurso econômico. É preciso **valorizar o território como base para a sobrevivência e o bem viver**, considerando sua importância prática e simbólica para as populações que dele dependem. Defendemos que a **participação das comunidades no processo de identificação e avaliação dos impactos é essencial** para incorporar seus saberes e promover análises mais amplas e justas.

A **integração desses saberes** possibilita o fortalecimento de instrumentos mais complexos e inclusivos, que levem em conta **não apenas os danos visíveis, mas também as dimensões psicossociais e culturais dos impactos**. Reforçamos a necessidade de uma abordagem sistêmica que reconheça as conexões entre os aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais, sempre priorizando territórios sustentáveis e saudáveis.

Por fim, destacamos que as análises apresentadas neste documento são preliminares e serão aprofundadas nas próximas etapas, com base em dados ainda em processamento. É essencial garantir que os **critérios de avaliação considerem a perspectiva das comunidades atingidas, evitando decisões baseadas apenas em julgamentos externos e desconectados da realidade local**. Somente assim será possível construir caminhos que promovam a resiliência das comunidades e o equilíbrio para a sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

1 O Projeto Povos de Caracterização de Territórios Tradicionais (PCTT) deve ser reconhecido e implantado como política pública, de forma permanente e com atualizações periódicas.

2 Recomendamos a inclusão de todas as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, de sertão e da região costeira, nos PEAs e demais condicionantes de interesse dos primeiros, tendo em vista a noção de território único e o modo de vida tradicional

3 Recomendamos que seja realizado um estudo aprofundado de modo a identificar, integrar e classificar os impactos socioambientais não considerados no EIA

4 Os atributos e magnitude dos impactos dos EIAs das Etapas de 1 a 4 do Pré-Sal sejam reclassificados a partir de metodologias que integrem a voz do território.

5 Os Termos de referência para elaboração dos EIAs devem ser construídos junto com os comunitários e movimentos sociais que representem a voz do território.

6 O licenciamento ambiental em seus estudos (EIAs) deve centrar sua análise na constituição de territórios sustentáveis e saudáveis, perspectiva que vai além dos meios tradicionalmente avaliados (físico, biótico, socioeconômico), considerando que há relação entre os impactos de diferentes meios, que se acumulam e potencializam.

7 A partir dos resultados encontrados nesta primeira caracterização, recomendamos que sejam incluídos nos EIAs os 25 novos impactos, conforme explicitado no Despacho PRM-CGT-SP-00002966-202317.

8 A partir dos 25 novos danos e impactos identificados nesta caracterização, que sejam apresentados estudos de reparação justa e integral e valoração, incluindo as externalidades.

9 Os impactos já identificados nos EIA das Etapas de 1 a 4 do Pré-Sal devem ser compensados e devem ser elaborados novos estudos de reparação dos mesmos.

As condicionantes de interesse das comunidades tradicionais devem ter Termos de Referência **construídos** por essas comunidades, junto aos movimentos sociais do território.

10

O EIA Etapa 4 deve ser reelaborado de forma a obedecer ao TdR no que se refere a: i) apresentar análise integrada, incluindo mapeamento de fatores ambientais relevantes para as comunidades tradicionais (Pesca e Maricultura Artesanais, infraestrutura urbana e Turismo de Base Comunitária); ii) identificar os grupos sociais sujeitos aos ônus e bônus do empreendimento Etapa 4. Utilizando-se de metodologia muito adequada, dialogando com a voz do território, e que esteja em um local de destaque do EIA.

11

Os estudos de impactos cumulativos do território sejam territorializados, integrando os resultados dos estudos de impactos cumulativos e sinérgicos do território

12

As comunidades tradicionais definam e incidam sobre as condicionantes de interesse para o território, e construam os Termos de Referência das mesmas em diálogo direto entre suas lideranças e o órgão licenciador, sem a necessidade de intermediação de órgãos intervenientes do processo de licenciamento

13

14

Os órgãos públicos devem ser incorporados nos debates sobre os territórios, com destaque para: **Funai, Fundação Palmares, INCRA e IPHAN**

Antes de finalizar este estudo, destacamos alguns pontos importantes sobre o licenciamento ambiental:

1. Limitações na Organização dos Impactos:

- A metodologia convencional (físico, biótico e socioeconômico) trata as dimensões de forma isolada, mas elas estão interligadas e incluem também aspectos culturais, como modos de vida das comunidades. Muitos danos são tratados como “externalidades” e não contabilizados pelos empreendimentos, sendo assumidos por terceiros, como comunidades tradicionais. É essencial atualizar os diagnósticos continuamente para identificar novos impactos e ajustar os já previstos.

2. Classificação de Magnitude e Importância:

- O sistema atual não considera adequadamente as dimensões humanas e culturais. Por exemplo, impactos classificados como “imediatos” (até cinco anos) podem ter consequências permanentes na subsistência de comunidades tradicionais. Escalas de abrangência, como “local” ou “regional”, também precisam ser revistas, pois não refletem a realidade de quem depende diretamente do território.

3. Ampliação da Municipalização do Licenciamento:

- A municipalização simplifica processos, mas pode ignorar impactos cumulativos e sinérgicos, especialmente em regiões com alta sensibilidade socioambiental, como o litoral norte de SP e sul do RJ. A análise de impactos deve ser realizada por equipes multidisciplinares com expertise regional e avalizadas por movimentos sociais, garantindo transparência e proteção aos territórios.

4. Respeito às Normativas e Interesses Difusos:

- É fundamental que as Unidades de Conservação e o Ministério Público sejam mais atuantes, garantindo que normativas sejam respeitadas e que a flexibilização no licenciamento não comprometa a sustentabilidade dos territórios.

Recomendamos a obrigatoriedade de uma Avaliação de Impactos Cumulativos e Sinérgicos e o fortalecimento de instrumentos que garantam análises abrangentes, considerando as realidades locais e regionais.

06

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm . Acesso em 10 de abr. De 2022.

CONAMA. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Brasília. 1986

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm . Acesso em: 25/10/2023.

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais. Artigo 3

ENUNCIADO 17 - 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF - Ministério Público Federal. Criado no XIV Encontro Nacional da 6ªCCR em 5/12/2014. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/copy_of_enunciados . Acesso em: 25/10/2023

Fukuta . (2023). Relatório Técnico dos Resultados do Estudo: Impactos socioambientais de petróleo e gás: percepção de comunidades tradicionais. Zenodo . <https://doi.org/10.5281/zenodo.10962642>

MAB. PNAD - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/11/PNAB-Politica-Nacional-de-Direitos-das-Populacoes-Atingidas-por-Barragens.pdf>

Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos (PAIC) | Comunicação Bacia de Santos. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/programa-ambiental/projeto-de-avaliacao-de-impactos-cumulativos-paic.html> >. Acesso em: 7 out. 2022

WCD. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. World Commission on Dams, 2000. .

07

CONTATOS



Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)

Site: www.forumdecomunidadestradicionais.org

Redes Sociais: @forumdecomunidadestradicionais



Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Site: <https://portal.fiocruz.br/>

Redes Sociais @oficialfiocruz



Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)

Site: www.otss.org.br

Redes Sociais: @otssbocaina



Projeto Povos de Caracterização de Territórios Tradicionais

Site: <https://www.otss.org.br/povos>



Plataforma Povos

Site: <https://plataformapovos.org/>



Biblioteca de Tecnologias Sociais da Bocaina

Site: www.tecnologiasociais.org



Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária

Site: www.redenhandereko.org

Redes Sociais: @redenhandereko



Armazém do Território

Redes Sociais: @armazemdoterritorio



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDÁVEIS DA BOCAINA



FIOCRUZ

**FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS**
ANGRA • PARATY • UBATUBA

